

**P  
R  
E  
V  
I  
D  
Ê  
N  
C  
I  
A  
R  
U  
R  
A  
L**



PREVIOUS EDITIONS



A RURAL

## A SEGURANÇA SOCIAL PARA OS AGRICULTORES

Guia prático para informação de todos os agricultores sobre os seus direitos, elaborado pela Direcção da Organização Regional das Beiras do Partido Comunista Português.

### I — INTRODUÇÃO

O Partido Comunista Português sempre encabeçou a justa luta dos agricultores por uma segurança social eficiente.

Como resultado dessa luta já o regime fascista de Caetano foi obrigado a conceder aos agricultores com mais de 70 anos um miserável subsídio de 150\$00 por mês.

Depois do 25 de Abril, foram reconhecidos aos agricultores, novos e importantes direitos no domínio da segurança social.

Esses direitos são os que constam do guia que se segue. Os agricultores devem lê-los com atenção, aprendê-los bem, ensinar os seus companheiros, dar-lhes a mais ampla divulgação.

Mas o Partido Comunista Português considera que há mais a fazer no que respeita a segurança social para os agricultores, assalariados agrícolas não permanentes e outros trabalhadores dos meios rurais. Na linha das conclusões a que os agricultores chegaram e aprovaram nas Conferências de Camponeses realizadas no Porto, Santarém e Sul e nos últimos encontros distritais e concelhios de camponeses, o PCP defende que a segurança social para os agricultores deve sair das Casas do Povo e passar para onde deve estar que são as CAIXAS DE PREVIDÊNCIA.

Só as Caixas de Previdência poderão de uma forma progressiva conceder aos agricultores e aos assalariados agrícolas as mesmas regalias que os restantes trabalhadores da indústria e dos serviços, em especial no que diz respeito a reformas.

As Casas do Povo são ainda estruturas que vêm do fascismo e que precisam de ser saneadas e alteradas.

A concessão dos benefícios da Previdência através das Casas do Povo obriga a que as Caixas de Previdência gastem mais de um milhão de contos em subsídios às Casas

do Povo que, por ainda serem, na maior parte dos casos, administradas por fascistas, manobram no sentido de manter os agricultores e assalariados debaixo do seu domínio e poder.

Por falta de controle da aplicação do dinheiro é provável que em muitos casos haja uma má utilização desses subsídios por parte de quem manda nas Casas do Povo.

Aos empregados das Casas do Povo deverão ser assegurados postos de trabalho de modo a não serem de modo nenhum lesados nos seus direitos.

\* \* \*

O Decreto-Lei nº 174-B/75, de 1 de Abril veio garantir a todos os pequenos e médios agricultores e aos assalariados agrícolas os principais benefícios da segurança social.

## II - QUEM TEM DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL

Têm direito aos benefícios da segurança social:

a) Os agricultores que exploram a terra com o seu próprio trabalho e dos familiares que com eles vivam, podendo ainda recorrer a trabalhadores assalariados no máximo de 300 jornas ao ano.

— Os casos que porventura levantem dúvidas serão resolvidos pela Assembleia Geral da Casa do Povo.

b) Os assalariados agrícolas que trabalham para diversos patrões, não tendo, pois, patrão certo.

c) Outros trabalhadores dos meios rurais tais como carpinteiros, alfaiates, ferreiros, pedreiros, etc. em condições semelhantes às indicadas para os agricultores e assalariados.

d) Assalariados agrícolas que trabalham com regularidade para o mesmo patrão.

Estes últimos trabalhadores agrícolas (indicados em d) descontam directamente para a Caixa de Previdência e têm os mesmos direitos e deveres que qualquer empregado ou operário.

Os trabalhadores indicados em c) não têm direito aos subsídios apontados em 2, 3 e 4 (subsídios de doença e maternidade).

Todos os outros trabalhadores (indicados em a) e b) descontam para as Casas do Povo e têm direito aos benefícios que se indicam.

19 Subsídios

1. Assistência médica, medicamentosa e hospitalar
2. de doença;
3. de tuberculose;
4. de maternidade;
5. de casamento;
6. de nascimento;
7. de aleitação;
8. de funeral;
9. de morte.

29 Pensões

- a) de invalidez;
- b) de velhice;
- c) de sobrevivência.

Nota: Ainda o Abono de Família com regime próprio, a favor dos descendentes.

III — INFORMAÇÕES SOBRE ESTE REGIME

1. Assistência médica, medicamentosa e hospitalar:

— O despacho de 10/10/73 do Ministério das Corporações e Previdência Social faz incluir o transporte dos doentes para os serviços hospitalares.

É importante frisar que verificando-se de algum modo falta de assistência e mediante a apresentação de provas documentais das despesas que o beneficiário teve que fazer em médicos privados e nas farmácias com os medicamentos tem direito a receber indenização dos gastos (bene-

ficiário ou família). Por outro lado haverá averiguação de responsabilidades.

- Nos medicamentos o beneficiário terá de pagar uma parte:

25% nos produtos nacionais;

40% nos produtos estrangeiros.

- Pelas consultas médicas, o beneficiário paga:

2\$50 se a consulta for no posto;

7\$50 se a consulta for em casa.

## 2. Subsídio de Doença

a) As quantias diárias pagas como subsídio são:

60\$00 por dia se a quota mensal for de 80\$00;

40\$00 por dia se a quota mensal for de 60\$00.

b) São concedidos durante 1460 dias (máximo), em cada impedimento por doença e estes subsídios são pagos contando os dias seguidos, incluindo domingos e feriados.

c) Atingidos os 1460 dias se o impedimento se mantiver, o beneficiário passa, automaticamente, ao regime de protecção na invalidez, sem ter que se preocupar com isso, pois será a Casa do Povo a tratar dessa passagem.

## 3. Subsídio de Tuberculose

O subsídio de tuberculose será pago enquanto durar o impedimento e a quantia é igual ao de 2. a), sendo pago nos três primeiros dias de impedimento para o trabalho.

## 4. Subsídio de Maternidade

Este subsídio é de 70\$00 por dia, pago às beneficiárias, por ocasião do parto, durante um período de 60 dias (2 meses), compreende ainda assistência médica e medicamentosa, incluindo no acto do parto.

## 5. Subsídio de Casamento

É de 2000\$00, pago numa prestação única. ( Despacho de 13/5/72).

## 6. Subsídio de Nascimento

É no valor de 1500\$00 (despacho de 13/5/72), pago numa prestação única.

## 7. Subsídio de Aleitação

Este subsídio é pago durante 8 meses após o parto. O seu valor é de 250\$00, acrescido de prestação complementar em géneros até 150\$00, se a mãe não poder amamentar o filho. Neste caso será de 250\$00 em dinheiro mais 150\$00 em produtos necessários à aleitação. ( Despacho de 25/7/73).

## 8. Subsídio de Funeral

É de 2000\$00, excepto se se tratar de menor de 14 anos que é de 1000\$00. Este subsídio é dado por morte do beneficiário ou de familiar.

## 9. Subsídio por Morte

a) Por morte do beneficiário é atribuído um subsídio, pago por uma só vez, no montante de 8000\$00.

b) É atribuído aos familiares do beneficiário (activo ou pensionista do regime normal) que à data do falecimento tenham direito a assistência médica ou seja, aqueles familiares que vivem em regime de economia comum com o beneficiário: cônjuge, descendentes ou equiparados, ascendentes ou equiparados.

c) O subsídio é atribuído da seguinte forma:

— Se existe ao mesmo tempo cônjuge e descendentes ou equiparados:

4000\$00 ..... para o cônjuge

4000\$00 ..... para os descendentes ou equiparados

— Se existe apenas cônjuge recebe os 8000\$00.

— Se existe apenas descendentes ou equiparados recebem os 8000\$00.

— Se existe apenas ascendentes ou equiparados recebem os 8000\$00.

OBSERVAÇÕES: Este subsídio por morte é cumulável com o subsídio de funeral.

Os pensionistas do regime transitório não têm di-

reito ao subsídio por morte.

### 1. Pensões de Invalidez e Velhice

Condições que é preciso ter para receber estas pensões

a) Ter completado 70 anos de idade — para a pensão de velhice.

Ter sido dado como incapacitado para o trabalho — para a pensão de invalidez.

b) Ter 3 anos de inscrição nos Fundos de Previdência.

Ter pago pelo menos 24 meses de quotização, e não ter quotas em dívida.

#### — MONTANTE —

A pensão a atribuir varia conforme as quotas que se pagam. Assim:

a) Para quotas de 80\$00 recebe-se uma pensão de 900\$00.

— Para quotas de 60\$00 recebe-se uma pensão de 600\$00.

Pode acontecer, no entanto, que um sócio da Casa do Povo satisfaça a condição de já possuir 3 anos de inscrição, não chegou contudo a pagar aquelas quotas (já que elas foram actualizadas em Abril de 75), por exemplo um sócio inscrito em 1972.

a) Neste caso terá direito a pensão de 900\$00:

— Se a partir de Janeiro de 1974 passou a pagar quotas de 25\$00 + 5\$00 (para outras actividades) = 30\$00

— Se antes de Janeiro de 1974 pagava quotas de 15\$ + 5\$00 (para outras actividades) = 20\$00

b) Ou uma pensão de 600\$00:

— Se a partir de Janeiro de 74 pagava quotas de 15\$00 + 5\$00 (para outra actividade) = 20\$00

— Se antes de Janeiro de 74 pagava quotas de 7\$50



mais 5\$00 (para outras actividades) = 12\$50.

— Contagem de Tempo de Inscrição

O tempo de inscrição começa a contar desde a data em que o sócio se inscreveu, mas nunca antes de Janeiro de 1971.

Para os beneficiários especificados: na página 2 alínea c) começa a contar a partir de 1 de Abril de 1975 se já estiverem inscritos.

— Pensões do Regime Transitório

Estas pensões foram concedidas ao abrigo da legislação anterior e são atribuídas aos trabalhadores que, por culpa do sistema, não chegaram a cumprir os tempos de inscrição e quotização referidos na alínea b) das condições de atribuição (por exemplo, trabalhadores com mais de 70 anos ou inválidos, em 17/1/71, indivíduos que se encontraram naquela situação antes das Casas do Povo da sua área terem 5 anos).

Em muitos casos é exigido atestado, passado pela Junta de Freguesia, comprovando que o interessado trabalhou nos últimos 5 anos de actividade na agricultura.

Estas pensões passam agora para 500\$00.

Prevê-se ainda no Decreto nº 174-B/75 a possibilidade de estes pensionistas virem a ser abrangidos pelo novo regime, isto é, passarem a ter direito às pensões de 900\$00 ou de 600\$00, desde que tenham 3 anos de inscrição e 24 meses de quotização.

— Como se Obtêm e Entram em Vigor as Pensões

As pensões de velhice obtêm-se por meio de requerimento à Casa do Povo.

O começo da pensão tem efeito a partir do início do mês em que o requerimento deu entrada, mas não antes do início do mês seguinte aquele em que se completam as condições de idade e de inscrição.

No que se refere à invalidez, inicia-se também no princípio do mês em que o requerimento deu entrada, mas não antes do início do mês seguinte àquele em que o parecer médico apontar a invalidez.

## — Como e Porquê as Pensões Podem ser Suspensas

Pode-se deixar de receber a pensão de invalidez des-  
de que não permaneçam as razões que determinavam o reco-  
nhecimento da incapacidade, isto é:

O pensionista por invalidez é submetido obrigatori-  
amente a juntas médicas pelo menos uma vez por ano, du-  
rante os 3 primeiros anos de pensão, e sempre que a Casa  
do Povo assim o entenda. Ora nestes exames médicos é ve-  
rificada a permanência da incapacidade e verificando -se  
que ela não continua, a pensão é suprimida.

As pensões podem ser ainda cortadas se o beneficiá-  
rio não fizer prova documental de vida (atestado), 1 vez  
ao ano e entregar na Casa do Povo.

Acumulação da pensão atribuída pelo Regime Geral de  
Previdência com pensão atribuída pelo Regime de Previden-  
cia Rural.

Pode acontecer que um beneficiário tenha sido abran-  
gido ao mesmo tempo por aqueles 2 regimes de previdência,  
podendo, portanto, adquirir direito a pensão por um e  
por outro lado. Assim:

São acumuláveis as pensões de invalidez e velhice  
daqueles 2 regimes.

## 2. Pensão de Sobrevivência

Esta pensão foi criada pelo Decreto-Lei 174 - B/75  
que entrou em vigor em 1/4/1975.

### Quem tem Direito

A pensão de sobrevivência é atribuída:

a) Ao cônjuge sobrevivente;

b) Aos filhos, incluindo adoptados plenamente e nas-  
citurus. Por outro lado os filhos só beneficiam da pen-  
são até ao fim da escolaridade obrigatória ou até aos 18  
se frequentarem o ensino secundário, 21 se frequentarem  
o ensino médio e até aos 24 se frequentarem o ensino su-  
perior.

Os filhos que sofrerem de incapacidade permanente  
beneficiam da pensão sem limite de idade.

c) Aos parentes afins e equiparados restritamente que à data da morte tenham direito à assistência médica.

Os familiares referidos nesta alínea são têm direito à pensão se não existirem nem cônjuge, nem filhos.

— Condições que é Preciso Para Receber Estas Pensões

a) Ter 3 anos de inscrição nos Fundos da Previdência.

b) Ter pago pelo menos 24 meses de quotização e não ter quotas em dívida.

c) O cônjuge só tem direito a pensão se o casamento se tiver realizado pelo menos um ano antes da morte, salvo se esta resultar de acidente.

— MONTANTE —

A base de cálculo é o montante de pensão a que o beneficiário recebia ou que teria direito se se tivesse invalidado ou reformado na data do falecimento.

A partir desta base são atribuídas determinadas percentagens consoante existir ou não cônjuge e filhos, dependendo a percentagem do número de filhos até 3, bem como do número de parentes e afins, sendo caso disso:

Assim:

No caso de falecimento do beneficiário do sexo masculino, ou do sexo feminino que tenha requerido equiparação ou pague quotas de 80\$00:

Viuvo ou Viúva = 540\$00

Filhos:

a) Órfãos de Pai:

1. 180\$00

2. 270\$00

3 ou mais — 360\$00

b) Órfãos de Pai e Mãe:

1. 360\$00
2. 540\$00
- 3 ou mais - 720\$00

Parentes e Afins se não Existirem Cônjuge e Filhos:

1. 270\$00
2. 450\$00
3. 630\$00
- 4 ou mais - 720\$00

No caso de falecimento do beneficiário do sexo feminino que não tenha segurado equiparação ou pague cotas de 60\$00 e menores de 18 anos não sendo che-  
s de família.

Viuvo = 360\$00

Filhos:

a) Órfãos de Mãe:

1. 120\$00
2. 180\$00
3. 240\$00

b) Órfão de Pai e Mãe:

1. 240\$00
2. 360\$00
3. 480\$00

Parentes e Afins (como no caso anterior)

1. 180\$00
2. 300\$00
3. 420\$00
4. 480\$00

- O montante global não pode ser inferior a 500\$ exceder a pensão que o falecido recebia ou a que  
a direito.

## PENSIONISTAS DO REGIME TRANSITÓRIO

No que se refere a estes pensionistas, a pensão de sobrevivência é restringida nestes termos:

- Por morte do pensionista dos regimes transitórios é atribuída apenas ao cônjuge sobrevivente no montante fixo de 500\$00.

A pensão de sobrevivência não é acumulada com qualquer outra pensão dos regimes de previdência de inscrição obrigatória ou dos regimes transitórios.

### REGIME DO ABONO DE FAMÍLIA

#### 1. Quem Tem Direito ao Abono de Família

- a) Os agricultores redeiros (arrendatários cultivadores directos);
- b) Os assalariados agrícolas que trabalham para diversos patrões, não tendo, pois, patrão certo;
- c) Os pensionistas.

NOTA: Outros trabalhadores dos meios rurais tais como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, etc. em condições semelhantes às indicadas para os agricultores e assalariados não têm direito a este subsídio.

Por outro lado os assalariados agrícolas que trabalham para um patrão com regularidade, são abrangidos pelo Abono de Família do Regime Geral de Previdência.

#### 2. O Que é Necessário Para se ter o Abono

Para se obter o Abono é necessário que o beneficiário figure nas folhas de trabalho do mês (despacho de 21 de Abril de 75), ou apresente 40 dias de trabalho nos 3 meses anteriores (despacho de 30/8/69).

Deverá ser entregue mensalmente na Caixa de Previdência a folha de trabalho donde constarão todos os trabalhadores não abrangidos pelo regime geral.

A Caixa, em face destes elementos, processa o Abono de Família e, frequentemente, envia a importância correspondente à Casa do Povo que entrega os abonos aos trabalhadores.

### 3. O que se Paga de Contribuição

Por outro lado, o patrão tem de pagar (descontar) :

- Por cada trabalhadora 2\$00 por dia de trabalho (paga por mês 50\$00);
- por cada trabalhador 3\$50 por dia de trabalho (paga por mês 87\$50).

### 4. Montante a Receber

a) O subsídio de Abono de Família é de 240\$00 (só a brange os descendentes)

b) No caso de haver filhos deficientes o montante é acrescido de:

- 250\$00 a menores de 18 anos
- 500\$00 a partir dos 18 anos aos 34 anos
- 750\$00 a partir dos 35 anos

c) Neste último caso de filhos deficientes é necessário o seguinte para se ter o subsídio referido na alínea b):

- Que o rendimento do agregado familiar não ultrapasse a soma de 2 salários mínimos nacionais ou seja não ultrapasse os 8.000\$00.

- No caso de não haver agregado familiar é preciso que o beneficiário não tenha mais de 1.800\$00 mensais de rendimento.

- Que seja apresentado um documento médico (atestado) comprovando a deficiência do filho ou filhos.

\* \* \*

Em seguida incluem-se dois quadros que procuram pôr mais claro o que foi escrito (ANEXO I) e dar conta das contribuições a pagar, (ANEXO 2).

## ANEXO I

Quadro dos subsídios e pensões e quem tem direito a elas:

Subsídios e Pensões	Beneficiários activos		Pensionistas Regime transi- tório e Regime Regulamentar
	Insc.Obrig. Homens,mulhe- res e menores de 18 anos	Insc.Facult. Homens,mulhe- res e menores de 18 anos	
1-Assistência médi- ca,medicamentosa e hospitalar	Têm direito a todos estes subsídios e pensões	Têm direito	Têm direito (1)
2-de doença		Não têm di- reito	Não têm di- reito
3-de tuberculose		Não têm di- reito	Não têm di- reito
4-de meternidade		Não têm di- reito	Não têm di- reito
5-de casamento		Têm direito	Têm direito
6-de nascimento		Têm direito	Têm direito
7-de aleitação		Têm direito	Têm direito
8-de funeral		Têm direito	Têm direito
9-de morte		Têm direito	Não têm di- reito
10-Pensão de invali- dez		Têm direito	Têm direito
11-Pensão de velhice		Têm direito	Têm direito
12-Pensão de sobrevi- vência		Têm direito	Têm direito
13-Abono de família (2)		Não têm di- reito	Têm direito

## ANEXO II

1. Quadro das contribuições mensais a pagar pelos  
sócios contribuintes (agricultores e rendeiros),  
para o Fundo de Previdência:(3)

Rendimento Colectável	Quotização a pagar
(em escudos até 200 contos	(em escudos)

1.500\$00	6\$00
2.000\$00	8\$00
3.000\$00	12\$00
4.000\$00	16\$00
5.000\$00	20\$00
6.000\$00	24\$00
7.000\$00	28\$00
8.000\$00	32\$00
9.000\$00	36\$00
10.000\$00	40\$00
15.000\$00	60\$00
20.000\$00	80\$00
25.000\$00	100\$00
30.000\$00	120\$00
35.000\$00	140\$00
40.000\$00	160\$00
45.000\$00	180\$00
50.000\$00	200\$00
55.000\$00	330\$00
60.000\$00	360\$00
65.000\$00	390\$00
70.000\$00	420\$00
75.000\$00	450\$00
80.000\$00	480\$00
85.000\$00	510\$00
90.000\$00	540\$00
100.000\$00	600\$00
110.000\$00	880\$00
120.000\$00	960\$00
130.000\$00	1040\$00
140.000\$00	1120\$00
160.000\$00	1280\$00
180.000\$00	1440\$00
200.000\$00	1600\$00



2. Quotas a pagar pelos sócios efectivos (assalariados sem patrão certo):

a) Homens e mulheres que tenham requerido equiparação =  $80\$00 + 10\$00$  - total  $90\$00$

b) Mulheres sem equiparação =  $60\$00 + 10\$00$  - total  $70\$00$

3. Quotas a pagar pelos sócios contribuintes equiparados

a) Equiparado a sócio efectivo pagando para os Fundos de Previdência quota de  $80\$00$

$80\$00 + \text{quotização como contribuinte} + 10\$00$

b) Equiparado a sócio efectivo pagando para os Fundos de Previdência quota de  $60\$00$

$60\$00 + \text{quotização como contribuinte} + 10\$00$

NOTA: Os contribuintes equiparados a sócios efectivos com rendimento inferior a  $1.000\$00$  estão isentos de quota como contribuintes.

\* \* \*

- (1) - Os pensionistas do regime transitório não têm direito a assistência médica, medicamentosa e hospitalar onde não há Casas do Povo.
- (2) - Os contribuintes equiparados só têm direito a Abono de Família se forem arrendatários cultivadores directos.
- (3) - Não se indicam as contribuições correspondentes a rendimentos superiores a 200 contos por se considerar que o seu interesse é limitado.





THE  
JOURNAL OF  
THE  
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE  
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND  
VOLUME 100 PART 1 2000  
PUBLISHED BY THE  
BRITISH ANTHROPOLOGICAL SOCIETY



Uma previdência justa tem de assegurar iguais oportunidades a todas as crianças.

**Edição da**

**Direcção da Organização Regional  
das Beiras (DORB)**

**do Partido Comunista Português**



**P. C. P.**